



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

JOSIANE DE OLIVEIRA RODRIGUES

O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA DEFENSORIA PÚBLICA DE
CURITIBA/PR.

MATINHOS - PARANÁ

2018

JOSIANE DE OLIVEIRA RODRIGUES

O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA DEFENSORIA PÚBLICA DE
CURITIBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à conclusão do curso de
Serviço Social, Setor Litoral, Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora professora: Flávia Granzotto
Fachini

MATINHOS – PARANÁ

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSIANE DE OLIVEIRA RODRIGUES

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA DEFENSORIA PÚBLICA DE
CURITIBA/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Serviço Social, da Câmara do Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.



Profa. Msc. Flavia Granzotto Fachini

Orientadora – Câmara do Curso de Serviço de Graduação e, Serviço Social, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná



Profa. Dra. Adriana Lucinda de Oliveira

Câmara do Curso de Serviço de Graduação e, Serviço Social, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná



Prof. Msc Antonio Sandro Schuartz

Câmara do Curso de Serviço de Graduação e, Serviço Social, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná

Cidade, 27 de Novembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo cuidado de cada detalhe no decorrer da formação, me proporcionando força e fé para concluir esse ciclo da vida.

Agradeço imensamente a minha estimada professora e orientadora Flávia Granzotto Fachini, que foi por vários momentos conselheira, ouvinte, amiga, sempre me incentivando e acreditando no meu potencial, gratidão.

Aos meus pais pelos ensinamentos, amor e confiança.

Aos amigos que estiveram ao meu lado, os que mesmo de longe me apoiaram e me incentivaram a não desistir.

Agradeço ao Professor Antonio Sandro e a Professora Adriana por aceitar o convite de fazer parte desta banca, dedicando seu tempo a leitura do material e as contribuições.

Aos professores que sempre se mostraram tolerantes, pacientes, e dispostos a compartilhar seus conhecimentos e ensinamentos.

“Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem
Lutar pela diferença sempre que a igualdade nos
descaracterize”.

Boaventura de Souza Santos.

RESUMO

Esta pesquisa teve início ainda no período da realização do estágio curricular obrigatório em Serviço Social na Defensoria Pública de Matinhos/PR e despertou o interesse pelas questões que permeiam o trabalho da Assistente Social no campo sociojurídico. Com o fechamento do espaço e realocação da Assistente Social abriu-se um novo campo para a realização da pesquisa, portanto, o objetivo geral deste trabalho é analisar como se dá o trabalho da Assistente Social na Defensoria Pública de Curitiba/PR. Com relação à metodologia esta pesquisa é de natureza qualitativa, tendo como recursos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo realizada por meio de entrevista semiestruturada junto as assistentes sociais que trabalham nesse espaço. Os resultados da pesquisa evidenciaram a realidade da Assistente Social neste espaço sócio-ocupacional, esclarecendo as demandas, instrumentais e as condições éticas e técnicas da profissional na instituição. O serviço social vem construindo seu espaço na instituição, usando da sua autonomia e conhecimento, para garantia de direitos e autonomia dos assistidos.

Palavras-chave: Serviço Social. Campo Sociojurídico. Defensoria Pública.

ABSTRACT

This research began during the period of the obligatory curricular traineeship in Social Work in the Public Defender's Office of Matinhos / PR and aroused interest in the questions that permeate the work of the Social Worker in the socio-legal field. With the closure of space and the relocation of the Social Worker, a new field was opened to carry out the research, therefore, the general objective of this work is to analyze how the work of the Social Worker in the Public Defender of Curitiba / PR. Regarding the methodology, this research is of a qualitative nature, having as resources the bibliographical research and the field research carried out through a semistructured interview with the social workers who work in this space. The results of the research evidenced the reality of the Social Worker in this social-occupational space, clarifying the demands, instrumental and the ethical and technical conditions of the professional in the institution. The social service has built its space in the institution, using its autonomy and knowledge, to guarantee the rights and autonomy of the assisted.

Keywords: Social Service. Socio-juridical field. Public defense.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA	12
3 O CAMPO SOCIOJURÍDICO E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	14
4 ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO	22
4.1 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA DEFENSORIA PÚBLICA.	27
5 O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA DEFENSORIA PÚBLICA DE CURITIBA/PR	37
5.1 O PERFIL DO PÚBLICO ATENDIDO NA DEFENSORIA PÚBLICA DE CURITIBA/PR.....	39
5.2 DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA DEFENSORIA PÚBLICA DE CURITIBA/PR.....	40
5.3 INTERVENÇÃO PROFISSIONAL (COMPETÊNCIAS: TEÓRICO-METODOLÓGICA	43
5.4 AS CONDIÇÕES ÉTICAS	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE I.....	51

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve início no ano de 2017 no módulo de estágio obrigatório do curso de Serviço Social da UFPR Setor Litoral, onde despertou o interesse pelo campo sociojurídico, em específico na Defensoria Pública de Matinhos/PR, local onde o estágio foi realizado, durante 5 meses totalizando 200 horas. O interesse era o de analisar e dar visibilidade à atuação da assistente social neste espaço. Por conta do fechamento da Defensoria Pública neste município foi concedida a oportunidade de realização da pesquisa em Curitiba/Pr, local para onde a assistente social que trabalhava no município de Matinhos foi transferida.

Para entender este campo é preciso contextualizar que tradicionalmente o judiciário resolve processos interindividuais que são processos entre indivíduos, ou indivíduos empresas e governo. Diante aos problemas rotineiros encontrados no judiciário se deu início a reforma, a primeira foi criação de programas de assistência jurídica gratuita. O Estado passa assumir o papel de defender o indivíduo com um advogado gratuito, garantindo seu direito ao acesso à justiça gratuita. As mudanças continuaram, como processuais e institucionais para que processos coletivos chegassem ao judiciário, e assim em 1985 foi criada a Ação Civil Pública para solução judicial nos processos coletivos Eik, Castro e Cardoso (2015). Os autores destacam que “o texto constitucional apresenta a criação das Defensorias Públicas como instituições garantidoras de direitos da população” (EIK; CASTRO; CARDOSO, 2015, p.05).

O Assistente Social inicialmente passou a compor a área sociojurídica através do Tribunal de Justiça, inseriu-se no espaço da Defensoria Pública a partir da criação do Centro de Atendimento Multidisciplinar - CAM em 2010 com a incorporação dos primeiros agentes de Defensorias Assistentes Sociais e Psicólogos, que já era previsto pela lei de regulamentação.

Segundo Raichelis (2010), é cada vez mais frequente e necessário o trabalho compartilhado com outros profissionais na coordenação e implementação de projetos em diferentes campos das políticas sociais e nas atividades sociojurídicas (EIK, CASTRO e CARDOSO, 2015, p. 06 apud RAICHELIS; 2010).

A produção deste trabalho justifica-se por entender a Defensoria Pública como um espaço importante de atuação do Serviço Social e para a garantia dos direitos da classe trabalhadora proporcionando acesso à justiça e orientação a população que

necessitar dos serviços. Os serviços são compostos pela prestação da assistência jurídica integral a todos que dela necessitam por falta de recursos financeiros, podendo ser judicial ou extrajudicial, de forma descentralizada. Buscam o cumprimento dos direitos humanos e sociais para pessoas em situação de violência, crianças, idosos, mulheres, pessoas com deficiência física, entre outros. Defende a busca de direitos difusos e coletivos de toda sociedade.

De acordo com Eik, Castro e Cardoso (2015) “na Defensoria, o Serviço Social tem como principal foco o atendimento as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social”. O profissional trabalha junto com o defensor público nas demandas que se apresentam além das judiciais, realiza o acolhimento dos/as usuários do serviço no sentido de compreender suas necessidades, analisando as peculiaridades das demandas e elaborando os encaminhamentos para outros setores e também para a rede se identificar necessário, por meio de sua autonomia técnica.

As demandas que se apresentam à profissão são relativas às chamadas expressões da questão social e que se traduzem em situações relacionadas à ocupação irregular, não acesso a medicamentos, pessoas em situação de rua, guarda, acolhimento institucional, pensão alimentícia, violência contra mulher, idoso, e pessoas com deficiência, buscando assim, o atendimento e defesa dos direitos humanos e sociais.

Durante o período de estágio na Defensoria Pública de Matinhos/PR, a pesquisadora como estagiária deparou-se com as limitações que se apresentavam à realização do trabalho pelo Serviço Social neste espaço. Foi realizado o acompanhamento da assistente social em visitas domiciliares, entrevistas e audiências públicas onde observou-se a não garantia de condições de trabalho como por exemplo a disponibilização do carro para as visitas e a falta de recursos financeiros que resultaram inclusive no fechamento do espaço o que ocasionou em várias situações desassistidas.

Considerando o contexto relatado tem-se como problemas de pesquisa: a) como acontece trabalho da assistente social na Defensoria Pública de Curitiba/PR? Quais são as condições éticas e técnicas para a realização do trabalho?

Com a finalidade de atender a esse problema tem-se o seguinte objetivo geral é analisar como se dá o trabalho do Assistente Social na Defensoria Pública de Curitiba/PR. Para responder a este objetivo geral foram criados alguns objetivos específicos, sendo eles: a) resgatar como se dá a inserção da assistente social na

Defensoria Pública; b) identificar as demandas que se apresentam para os/as assistentes sociais que trabalham na Defensoria Pública de Curitiba/PR e como elas são atendidas; c) problematizar as condições éticas e técnicas para a execução do trabalho profissional.

O trabalho busca no Capítulo 3 contextualizar o campo sociojurídico e a inserção do serviço social, revelando-o como uma instituição, básica do Estado constitucional moderno, que tem função de dirimir conflitos, promover controle social, e promover a interpretação das normas legais, sendo a instituição um intermediador entre o Estado e a população. O serviço social foi inserido no sociojurídico no ano de 1949 no Rio de Janeiro, nos juizados de menores, que se deu devido ao crescimento de problemas relacionados a infância pobre, onde crianças que não possuíam pais ou responsável eram empurradas para criminalidade, e trazendo também o desenvolvimento do serviço social nesse campo até os dias atuais.

No capítulo 4 busca-se tratar da atuação da assistente social no âmbito sociojurídico e descrever os espaços sócio-ocupacionais em que está inserido. O profissional passou a ser visto como um a figura de relevância nas instituições públicas.

O capítulo 5 trata-se dos resultados das entrevistas com as assistentes sociais da Defensoria Pública de Curitiba, especificando o trabalho do profissional, público atendido, demandas, instrumentais técnico-operativos entre outras pautas, sendo o material articulado com fundamentação bibliográfica do serviço social.

2 METODOLOGIA

Este trabalho é de natureza qualitativa, desta forma, não tem o intuito de enumerar, somar eventos estudados, e não emprega a análise de dados estatísticos. Tem como interesse questões ou focos amplos, que se definem a partir do desenvolvimento do estudo. Engloba o alcance de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos direto com o pesquisador e ação estudada. Segundo Godoy (1995) a pesquisa qualitativa pode ser também pesquisa de campo, denominada assim por antropólogos e sociólogos, que passaram a chamá-la na tentativa de diferenciar os estudos conduzidos em campo, no ambiente natural dos sujeitos, daqueles que são realizados em laboratórios e ambientes designados pelo investigador, tendo um caráter descritivo.

Sob a denominação “pesquisa qualitativa” encontram-se variados tipos de investigação, apoiadores em diferentes quadros de orientação teórica, metodológicas tais como interacionismo simbólico, a etnometodologia, o materialismo dialético e a fenomenologia (GODOY, 1995, p.58).

Minayo (2009) explica que a pesquisa qualitativa tem um espaço nas ciências sociais que não deve ser quantificado, trabalhando assim com o universo dos significados, dos motivos, das crenças, das aspirações, dos valores e das atitudes, tornando-se assim parte da realidade social. Essa relação pode ser resumida nas representações e é objeto da pesquisa qualitativa, que dificilmente pode ser representada em números e indicadores quantitativos. O foco principal é a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que será abordado.

Na primeira etapa do desenvolvimento deste trabalho realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com o intuito da construção de um referencial teórico que sustentasse as análises e reflexões propostas nesse trabalho. Destaca-se que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2009, p.50).

Em posse de um roteiro e entrevista construído por orientanda e orientadora realizou-se uma entrevista gravada (semi-estruturada) com as Assistentes Sociais que trabalham da Defensoria Pública de Curitiba/PR. Entende-se que a entrevista semi-estruturada tem o propósito de alcançar informações de maneira mais livre e menos submetida, beneficiando-se da atuante presença do entrevistado, sendo assim a entrevista semi-estruturada também é conhecida como entrevista semi-aberta. Triviños (1987) confirma que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Sendo essa uma pesquisa exploratória, pois é a primeira pesquisa que trata da Defensoria Pública de Curitiba/PR, Gil explica (2008, p. 41) a pesquisa exploratória “proporciona maior familiaridade com o problema estudado. Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema da pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso”.

O trabalho é de caráter descritivo, buscou na entrevista coletar dados que compõem as respostas para os objetivos da pesquisa, interpretando os dados obtidos na entrevista, realizando a transcrição e caracterizando-as a partir das perguntas, separando-as por categorias, para uma interpretação das respostas das profissionais entrevistadas.

3 O CAMPO SOCIOJURÍDICO E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Para que seja possível a compreensão da atuação do profissional de serviço social no campo sociojurídico é necessário apresentar de forma sucinta o que caracteriza este campo. Borgianni (2013) orienta-se das contribuições de Bourdieu para caracterizar o campo. “Ele o descreve como determinado espaço social que onde os magistrados, promotores e advogados são chamados como ‘operadores do direito’ e concorrem pelo monopólio do direito de dizer o Direito” (BOURDIEU, apud BORGIANNI, 2013, p. 07).

O campo sociojurídico é uma das “[...] instituições básicas do Estado constitucional moderno, em cujo âmbito exerce uma função instrumental capaz de ‘dirimir conflitos’, sendo uma função política de ‘promover o controle social’ e uma função simbólica de ‘promover a socialização das expectativas a interpretação das normas legais’” (FAVÉRO; MELÃO; JORGE, 2005, p. 31).

A instituição jurídica faz a intermediação do Estado e população que a ele procura. Esse espaço caracteriza-se por forças e interesses criados através de projetos para “[...] determinar e assegurar a aplicação das leis que garantem a inviolabilidade dos direitos individuais” (FERRAZ JR, 1994 apud FAVÉRO; MELÃO, JORGE 2005, p.13). Compreendendo desde sua constituição nos tempos antigos, a instituição sociojurídica chega aos tempos modernos como base ao Estado. Sendo, o ‘jurídico’ em primeira instância o solucionador de conflitos pela impositividade do Estado (BORGIANNI, 2013, p. 14).

Segundo Fávero (2003, p.10) “o campo (ou sistema) sociojurídico diz respeito ao conjunto de áreas em que a ação social do Serviço Social articula-se a ações de natureza jurídica, como o sistema penitenciário, o sistema de segurança, os sistemas de proteção e acolhimento, como abrigos, internatos, conselhos de direitos, dentre outros”. A autora também nos aponta o papel das instituições ou organizações próprias do sociojurídico “[...] organizações que desenvolvem ações, por meio das quais aplicam, sobretudo as medidas decorrentes de aparatos legais, civil e penal, e onde se executam determinações deles derivadas” a ainda “[...] nessas áreas, direta ou indiretamente, trabalhamos com base normativa legal e em suas interpretações pelos operadores jurídicos” (FÁVERO, 2012, p. 122-123).

Com relação à inserção dos/as assistentes sociais no âmbito sociojurídico Iamamoto e Carvalho (1982) explicam que, no Brasil o trabalho do assistente social

se iniciou na esfera pública do judiciário nos Juizados de Menores do Rio de Janeiro em 1949. Isso se deu devido ao crescimento dos problemas relacionados à infância pobre, onde as crianças que não possuíam pais ou responsáveis eram empurradas para a criminalidade. Sendo assim, o serviço social foi integrado a essa instituição buscando manter o controle almejado pelo Estado sobre esse grande problema, que crescia cada vez mais nas cidades.

O Judiciário possui a missão de distinguir, na ordem constitucional de um Estado, entre os conteúdos necessários, os conteúdos possíveis e os conteúdos impossíveis. Ao atuar no plano da possibilidade, faculta o possível, exclui o impossível, exige o necessário. A compreensão do que possa ser exigido, ou seja, do que seja necessário, é um campo aberto. Pode-se pensar que este campo ganha chance de ser preenchido ou definido pelo recurso ao princípio da eficiência, hoje colocado ao lado da legalidade, da moralidade, da publicidade e da impessoalidade como passível de controle pelo Judiciário. (BAHIA, 2007, p. 16).

Em relação ao controle social, o judiciário por vezes encontra-se em uma contradição, inserido em uma dualidade, onde ele representa o Estado para resolver conflitos com a população, e em outros momentos ele representa a população que tem seus direitos negados pelo próprio Estado, sendo assim o judiciário passa a atuar em prol das duas partes.

Quando a Justiça ascende ela própria à condição de mais alta instância moral da sociedade passa a escapar de qualquer mecanismo de controle social; controle ao qual normalmente se deve subordinar toda instituição do Estado em uma forma de organização política democrática. No domínio de uma justiça que contrapõe um direito “superior”, dotado de atributos morais, ao simples direito dos outros poderes do Estado e à sociedade notória a regressão a valores pré-democráticos de parâmetro de integração social. (MAUS, 2000, p. 04).

O trabalho do assistente social no início era vinculado à igreja católica e suas doutrinas e tinha o objetivo de realizar justiça, era ditado pela ordem social burguesa que determinava as ações disciplinadoras e controladoras dos profissionais frente aos então chamados “desajustamentos sociais” que poderiam ocasionar o acolhimento institucional de uma criança ou adolescente (FÁVERO, 2013).

A autora acrescenta que a partir desse desenvolvimento o assistente social passou a atuar na organização das instituições que tinham contato direto com o Jurídico, o serviço social alcançou uma atuação por meio da inserção profissional nos tribunais, nos ministérios públicos, nas instituições de acolhimento, instituições de cumprimento de medidas socioeducativas, defensorias públicas, entre outras

Fávero (2013) cita os pioneiros do serviço social no Brasil, sendo eles: Helena Iracy Junqueira e José Pinheiro Cortez, que também foram os primeiros profissionais do Tribunal de Justiça de São Paulo, e compunham o grupo de professores da primeira escola de Serviço Social de São Paulo. Eles foram militantes do grupo democrata cristão que tinha por objetivo defender a justiça social e os direitos com base na doutrinação católica, uma participação decisiva na implantação do primeiro juizado de menores da capital, em 1949. Fávero explica,

Serviço este que, se utilizarmos denominação atual, pode ser considerado como o primeiro programa de família de apoio ou família acolhedora, ou, ainda, pode ser compreendido como o primeiro programa de transferência de renda de que se tem notícia no Estado de São Paulo, na medida em que incluía repasse financeiro inicialmente às famílias de apoio e posteriormente às próprias famílias das crianças e adolescentes cujos "casos" (como então se denominava) chegavam ao Judiciário com demanda de acolhimento institucional (FÁVERO, 2013, p.6)

Borgianni (2013) descreve que o termo sociojurídico aparece relacionado ao Serviço Social no Brasil, no ano de 2001, em uma das publicações da Revista Serviço Social & Sociedade dada a solicitações de alguns profissionais da Assistência Social, que pediam para contemplar os temas, as demandas na qual estavam envolvidos na prática diária.

Vale ressaltar que publicações relacionadas à área penitenciária e judiciária estavam relacionadas a laudos periciais feitos pelos Assistentes Sociais para juízes das Varas de Infância e Juventude, para aqueles que trabalhavam em adoção, violência contra crianças, ato infracional de adolescentes e também os das Varas de Família e Sucessão 'nos casos de disputa de guarda de filhos, interdições de idosos ou doentes mentais, entre outros', ou dentro do sistema prisional (BORGIANNI, 2013).

Na sequência ocorreu no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro o 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, introduzindo o termo sociojurídico aos que prestavam serviço no sistema penitenciário e Judiciário. Neste evento foi lançado o nº67 da Revista Serviço Social & Sociedade e uma agenda de compromisso que incluíam os temas dessa área a partir de 2002.

O trabalho foi árduo, fazendo surgir a partir de 2002 Conselhos Regionais de Serviço Social do Brasil, Comissões Sociojurídicas compostas por Assistentes Sociais

para atuar na Tribunal de Justiça, Ministério Público, medidas socioeducativas e sistema prisional.

Ainda nesta discussão, Andreia Pequeno que contribuiu no Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro, denominada (7ª região), indica que no 2º Congresso Paranaense de Assistentes Sociais, no ano de 2003, houve uma Oficina Temática, discutindo e incorporando na grade curricular do curso de graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, uma disciplina relacionada ao campo sociojurídico (PEQUENO, 2004).

No período de 2002 a 2005, o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/PR, organizaram o I Seminário Nacional de Serviço Social do Campo Sociojurídico no ano de 2004 em Curitiba, deliberando a execução do Encontro Nacional CFESS/CRESS, ocorrendo em Salvador no ano 2003, discutindo a importância do uso da expressão 'Serviço Social no campo sociojurídico' (PEQUENO, 2004).

Borgianni (2013) diz que o debate e os pensamentos sobre o campo de atuação ou a área do Serviço Social tornava-se explícito, a partir da ideia e entendimento de que a profissão necessitava saber qual os diferentes espaços socio-ocupacionais, que eles poderiam atuar com o jurídico.

Diante desta necessidade o I Seminário Nacional realizado na cidade de Curitiba, no ano de 2004, foi pioneiro para a discussão e reflexão acerca do tema, fazendo com que Eunice Fávero enfatizasse alguns pontos;

O CFESS/CRESS de usar a denominação 'campo das práticas sociojurídicas', estimulando e encorajando as comissões a atuar no campo sociojurídico das regiões, objetivando debater e ordenando as atribuições, competências e os aspectos éticos por meio de um projeto ético-político, que encoraje a produção de conhecimento sobre as práticas realizadas nas diversas áreas (FÁVERO, 2012, p.13).

Fávero (2012) continua colaborando a partir das colocações que realiza no CBAS ocorrido em 2001, 2004 e 2007, na qual objetivou fixar políticas para esta área de atuação, sendo descritos na Agenda do 12º, realizada na cidade de Foz do Iguaçu no ano de 2007, que apresentava alguns acordos:

Debater de forma correta os temas que envolve violência, procurando suplantar a quebra das práticas, a naturalização da barbárie, a eliminação e criminalização dos pobres, pensar a indissociabilidade da discussão das violências do projeto ético-político do Serviço Social, fazendo com que proporcione o pensamento reflexivo sobre os espaços de trabalho do campo sociojurídico; ponderar sobre o investimento no Estado Penal em desvantagem do Estado Social (FÁVERO, 2012, p. 14).

Com relação às atividades realizadas no Estado do Paraná ainda para a discussão do serviço social sociojurídico, no ano de 2005 foi realizado um “mapeamento das práticas profissionais de Serviço Social no interior do sistema sociojurídico paranaense” (CFESS, 2005) onde se procedeu o nivelamento teórico conceitual da equipe e na sequência passou a identificar as estruturas institucionais que compõem o sistema de administração da justiça, entendendo-o de forma mais ampla. Assim, além dos órgãos vinculados ao Poder Judiciário como define Santos (1997) também fazem parte desse sistema os órgãos do Poder Executivo e os do Ministério Público, que juntos se articulam no sentido de permitir a aplicação, execução e fiscalização das leis.

Segundo Sacramento e Santos (2006), no Estado do Paraná não existem discussões organizadas sobre a atuação profissional no Poder Judiciário, como por exemplo, campo de trabalho que emprega um elevado número de profissionais em vários Estados brasileiros, constatando também não existirem grupos de discussão acerca do trabalho desenvolvido no interior do Sistema Penitenciário, e nenhum debate no que se refere às possibilidades de intervenção em Defensorias Públicas. Existe apenas um grupo de discussão em Curitiba, no CRESS, onde predomina a participação de pessoal vinculado ao Ministério Público.

Os Assistentes Sociais estão inseridos no campo sociojurídico principalmente em quatro áreas, sendo elas: Ministério Público, Poder Judiciário, Sistema Penal/Penitenciário e Sistema de Aplicação de Medidas Socioeducativas. Com relação ao Ministério Público constata-se inserção recente que se deu apenas após a Constituição Federal de 1988. A pesquisa realizada por Sacramento e Santos, no ano de 2006, observou-se que os Assistentes Sociais somavam um total de 13 profissionais, inseridos no Ministério Público, conforme indica o quadro a seguir:

TABELA 1 – Assistentes Sociais no Ministério Público do Paraná e Curitiba

ÁREA DE ATUAÇÃO	Nº DE ASSISTENTES SOCIAIS
Centro de Apoio Operacional a Saúde do Trabalhador (Curitiba)	01 profissional concursado

Centro de Apoio Operacional e Defesa à pessoa com deficiência de Curitiba(Curitiba)	01 profissional concursado
Centro de Apoio Operacional à Saúde Pública(Curitiba)	01 profissional concursado
Centro de Apoio Operacional ao Idoso(Curitiba)	01 profissional concursado
Centro de Apoio Operacional Criminais e Execução Penal(Curitiba)	01 profissional concursado
Juizado Especial Criminal(Curitiba)	01 profissional concursado
Promotoria da Saúde Pública(Curitiba)	01 profissional concursado
Promotoria das Comunidades(Curitiba)	01 profissional concursado
Recursos Humanos(Curitiba)	01 profissional concursado
Vara de Família(Curitiba)	01 profissional concursado
Sub-total	10 profissionais
Promotoria de defesa da Saúde do trabalhador (Curitiba)	01 profissional cedido
Promotoria das comunidades, Direitos Constitucionais e Saúde Pública de Londrina	01 profissional cedido
Promotoria da Saúde Pública de Maringá	01 profissional cedido
Total	13 profissionais

Fonte: Sacramento e Santos (2006).

TABELA 2 – Assistentes Sociais que atuam em Ministério Público nos estados

ESTADO	ASSISTENTES SOCIAIS
RIO GRANDE DO SUL	04
MINAS GERAIS	08
PARÁ	09
PARANÁ	13
MATO GROSSO	01
RIO DE JANEIRO	06
SANTA CATARINA	01
SÃO PAULO	05

Fonte: Sacramento e Santos (2006).

Os dados demonstram que os Assistentes Sociais que atuam no Ministério Público, estão concentrados em algumas capitais, atuando no interior das promotorias vinculadas à defesa de direitos, dando ênfase na área de saúde. Sacramento e Santos realizaram o estudo, a partir do ano de 2004, onde no interior do Estado dois profissionais da área de pesquisa atuavam em locais cedidos pela Universidade Estadual de Maringá e outra cedida pela Prefeitura Municipal de Londrina, indicando a institucionalização das atividades em menor grau.

Assim, Sacramento e Santos (2006) em sua pesquisa indica que “em comparação com outros Estados, o serviço social dentro do Ministério Público do

Estado do Paraná, vem apresentando visibilidade e importância em relação aos demais Estados pesquisados”, como mostra os dados da tabela 2.

Os autores Sacramento e Santos (2006) continuam descrevendo a pesquisa e mostram que no Poder Judiciário, o Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mesmo com informações preliminares, indica que na década de 50, os Assistentes Sociais pelos números eram pouco expressivos, porém nos dias atuais e com maior demanda de trabalho continuam sendo um número limitado de 54 cargos, havendo cargos vagos e não há interesse do setor para a convocação dos mesmos.

Sacramento e Santos (2006) salienta na pesquisa que o número de profissionais do Estado do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, está em torno de 6% do volume de profissionais do Estado de São Paulo quando comparado, na qual este estado promoveu processo seletivo e contratação de mais de 400 profissionais para atuar nas Comarcas da capital e interior, no ano de 2005. Portanto, mesmo que os Estados apresentem diferenças e características próprias, não se pode haver tanta diferença de investimento por parte deste órgão.

TABELA 3 – Comparativo de Número de Profissionais do Poder Judiciário

ESTADO	PARANÁ	SÃO PAULO
Quadro de Assistentes Sociais	54	785
Assistentes Sociais do Quadro Atuando	39	699

Fonte: Sacramento e Santos (2006).

O Sistema Penal/Penitenciário é caracterizado pela execução de penas para adultos em todo o Estado do Paraná, organizado pelo Departamento Penitenciário do Estado – DEPEN, sendo constituído da seguinte forma;

12 (doze) unidades fechadas, ou seja, penitenciárias, 01 (um) Complexo Médico Penal, 01 (um) Centro de Observação e Triagem – COT, 03 (três) unidades para o cumprimento de regime semi-aberto e 02 (duas) Casas de Custódia. Também fazem parte do complexo 02 (duas) unidades do Patronato Penitenciário (Curitiba e Londrina) responsáveis pelo acompanhamento à egressos, penas abertas e alternativas e 17 (dezesete) unidades do Programa Pró-Egresso que, através de convênios com universidades e prefeituras, realiza as mesmas funções dos Patronatos (SACRAMENTO; SANTOS, 2006, p. 12).

TABELA 4 – Comparativo de Número de Profissionais no Sistema Penitenciário

ESTADO	PARANÁ	SÃO PAULO
---------------	---------------	------------------

UNIDADES FECHADAS	12	72
UNIDADES SEMI-ABERTAS	03	09
COMPLEXOS MÉDICOS	01	05
OUTRAS UNIDADES	03	54
TOTAL	19	140

Fonte: Sacramento e Santos (2006).

Segundo as autoras, existe uma população carcerária neste complexo, excluído os Patronatos e Pró-Egressos, é de 8.303 (oito mil, trezentas e três) pessoas, sendo para que esses totais existem 34 assistentes sociais atuando na área. Para fins compara-se os dados de profissionais que atuam nas unidades entre o Estado do Paraná e São Paulo.

TABELA 5 – Comparativo de Número de Profissionais no Sistema Penitenciário

ESTADO	PARANÁ	SÃO PAULO
ASSISTENTES SOCIAIS	34	305*
POPULAÇÃO CARCERÁRIA	8.303	117.747

Fonte: Sacramento e Santos (2006).

Os dados levantados por Sacramento e Santos (2006) revelam que a atuação do Assistente Social nas medidas socioeducativas, conforme está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, o órgão responsável por essa ação é o Instituto de Assistência Social do Paraná – IASP, atuando nas medidas de privação de liberdade, medidas do semi-aberto, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. Os dados de profissionais que atuam nesta área são baixos, havendo responsabilidade direta do IASP 11 (onze) unidades regionais de internação provisória, 06 (seis) unidades de internação em funcionamento e mais 06 (seis) em fase de implantação, além de 05 (cinco) unidades para a execução da medida de semi-liberdade. Indica-se que as medidas socioeducativas em meio aberto, no Estado do Paraná não possui uma equipe identificada e recebem colaboração das equipes municipais.

4 ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO

Debates e vários aspectos passaram a ser repensados para que houvesse a valorização do assistentes sociais no interior de instituições que estão relacionadas à aplicação e execução da justiça, que com o passar dos anos vem sendo chamado de sociojurídico, privilegiando alguns espaços e chamando-os de sócio-ocupacionais (SACRAMENTO; SANTOS, 2006).

As mudanças são percebidas diante do contexto político dos pós ditadura militar, tendo no assistente social, uma figura de relevância nas instituições públicas que percebe e acompanha as políticas de controle social. A legislação que colaborou para que houvesse a inserção do mesmo neste contexto foi a Constituição Federal de 1988, marcada pela característica democrática e que ampliou a atuação dos profissionais no que diz respeito a garantia de direitos humanos e sociais do cidadão (SOUSA, 2017).

Sousa (2017) descreve que o trabalho prático passou a ser desenvolvido nas camadas das populações sem expressão, sem o seu exercício efetivo de cidadania, como crianças, deficientes, idosos etc., passando a ter a consciência de que a garantia desses direitos pode ser demandada também pela via legal, ou seja, através das instituições do Estado democrático. A autora resume alguns marcos históricos que viabilizaram a profissão do Serviço Social no campo sociojurídico:

a) Nas décadas de 1950 a 1970 houve a reestruturação do Serviço Social ocasionando o reconhecimento de sua prática no Judiciário e Sistema Penitenciário; b) A emergência dos movimentos sociais contra a Ditadura Militar na luta pela redemocratização do estado brasileiro; c) Movimento de Reconceituação do Serviço Social na década de 80; d) O restabelecimento da democracia no Brasil com a Constituição de 1988; e) A reformulação do Código de Ética dos assistentes sociais em 1986; f) A promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em 1990; g) A regulamentação da profissão com a Lei 8662/93; h) A realização do X CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) em 2001, onde ocorreu o lançamento da 67ª edição da revista Serviço Social e Sociedade com temas relacionados ao sociojurídico (SOUSA, 2017, p.3).

No que se refere ao Estado Democrático Liberal, Colmán (2004) divide os poderes de três formas: Poder Legislativo, Poder Executivo e o Poder Judiciário, diz

que são autônomos e independentes, porém podem ser fiscalizados um pelo outro, evitando que governem de forma autocrática.

A partir da abertura política da década de 80, os poderes Legislativo e Judiciário passaram a ter força, antes engessada pela falta de Democracia, surgindo desta forma, o Ministério Público, que a partir da Constituição Federal de 1988, deu ao Estado um quarto poder que busca governar por meio de leis democraticamente estabelecidas que muitas vezes pela base do sistema capitalista de produção que o Brasil se encontra inserido, pode tornar essas leis democraticamente elaboradas e estabelecidas muitas vezes de difícil aplicação por esses órgãos que se encontram (SOUSA, 2017)

Na atualidade estrangulados, acucados, impossibilitados de exercer seus papéis pré-estabelecidos, traduzidos no número de mandados de prisão não cumpridos por falta de estabelecimentos prisionais suficientes, a grande maioria superlotados. No que se costuma chamar de crise do Poder Judiciário, ou crise do sistema de administração da justiça, que não dá conta de julgar as centenas de milhares de processos judiciais que correm na justiça. A explosão de problemas sociais e da violência, para esses atores sociais deve ser enfrentada dentro dos limites da lei, e assim, ampliam-se os aparatos para tanto (SACRAMENTO; SANTOS, 2006, p. 127).

O Assistente Social vem respondendo as demandas do sociojurídico, cedido muitas vezes pelo município, pois não é efetivo no campo, devido a movimentos para não expansão, temos o exemplo de cedes sendo fechadas como no litoral paranaense nos municípios de Matinhos e Paranaguá. Pois não há abertura de concursos para promover os profissionais e instituições que trabalham com a judicialização das políticas públicas, como é o caso do fórum de Pontal que conta com uma assistente social cedida pelo município.

Assim, quando se fala em Judicialização das Políticas Públicas, o Poder Judiciário há que se pautar sempre pelas bases da razoabilidade e proporções, questionando-se, primeiramente, se o Poder Executivo está realizando a política pública que foi pleiteada na via judicial, procurando, se a negativa a resposta, procurar saber as razões para tanto; e se esta política pública, se realizada está sendo operada de maneira correta. (ZAMAI, 2015, p. 18).

Esse profissional passa a atuar, entender, pesquisar e perceber limites e avanços sobre a criminalidade e violência, percebendo-as como ‘sequelas da questão social’, e como estão inseridos em órgãos que devem garantir o Estado Democrático de Direitos, precisam criar programas que visam “prevenir, reduzir os efeitos

perversos da violência e da criminalidade, buscando garantir os mínimos direitos sociais a todos os cidadãos” (SACRAMENTO; SANTOS, 2006, p. 128).

Assim, os espaços que o Assistente Social originalmente estava inserido como o sistema Penitenciário, na qual a Constituição Federal de 1988, a Declaração dos Direitos humanos descreve que;

no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, é determinado que ‘ninguém poderá ser submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante’, e o mesmo encontra-se expresso no artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, esclarecendo que o cerceamento da liberdade torna-se necessário para que o criminoso seja temporariamente afastado do convívio social, de forma a impedir que este venha a causar danos a outros.

Segundo Guindani (2001, p.40) indica a Lei de Execuções Penais - LEP, no art. 6º, a CTC - Comissão Técnica de Classificação, composta por profissionais do Serviço Social e Psicologia, deveria acompanhar os presos por intermédio de um programa individualizado (o tratamento penal) e propor às autoridades competentes (juiz da Vara de Execuções Penais) através de pareceres quanto às progressões e conversões de regime.

Em contrapartida, torna-se contrário ao mesmo tempo que a LEP representa um avanço em termos de legislação que legitima o tratamento penal e o acesso aos direitos humanos e sociais dos apenados, há uma retirada do Estado, no que tange às condições materiais e humanas para efetivá-lo. Os recursos humanos do sistema penitenciário em geral foram reduzidos por intermédio de um plano de demissões voluntárias, aposentadorias, e, em contrapartida, houve aumento da população carcerária (GUINDANI, 2001, p.40-41).

Nos artigos 22 e 23 da LEP está exposto que a política de Assistência Social tem responsabilidade de amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à sociedade, ou seja, possibilitar sua reintegração social, tendo o assistente social entre outras funções:

I - Conhecer os resultados, diagnósticos e exames; II- Relatar por escrito, ao diretor do estabelecimento os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido; III- Acompanhar o resultado das permissões de saídas temporárias; IV- Promover no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação; V- Promover a obtenção do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade; VI- Providenciar a obtenção e documentos dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho; VII- Orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

Neste pensamento os profissionais de Serviço Social, ao prestar serviços no Sistema Penitenciário, busca garantir a efetivação das garantias de direito, aplicando instrumentos e desempenhando a função de controle social. Ao final necessita repensar na reintegração do preso, quando demonstram capacidade de estar inserido na sociedade (grifo do autor).

O papel do Assistente Social vem crescendo, à medida que a criminalidade e o sistema prisional vêm crescendo, havendo a necessidade de encaminhar e acompanhar programas de acompanhamento a penas alternativas (SOUSA, 2017). Diante desta realidade e necessidade o profissional de serviço social percebe que sua prática profissional vem mudando e cada vez mais está inserindo no sistema sociojurídico (FÁVERO, 2003).

No poder judiciário o serviço social desenvolve um trabalho muitas vezes em prol das políticas públicas, subsidiando a decisão judicial para aplicação das mesmas. Em outras circunstâncias o assistente social quanto técnico encontra situações complicadas, no que se refere Vara da infância e juventude e vara da família, onde o parecer social é fundamental para as decisões como separação da criança e adolescente das famílias naturais, a recolocação da família substituta sob guarda, tutela ou adoção, destituição do poder familiar, a reintegração familiar da criança e adolescente a sua família natural ou extensa, sendo esse documento parte importante para o poder judiciário acatar ou não, uma vez que o profissional realiza a análise da realidade social, articulando seu trabalho com os demais profissionais.

Durante o período de estágio a pesquisadora se deparou com diversos casos de acolhimento institucional realizado pelo conselho tutelar de Matinhos/PR, e muitas das vezes os casos não se tratavam de medidas tão extremas como acolhimento, como foi a situação de uma criança que foi corrigida pelo padrasto através de uma surra, sendo esta a primeira vez, a criança foi acolhida, os pais ficaram desesperados, e procuraram a Defensoria Pública para obter a guarda do filho, a família passou a ser

acompanhada pelo Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, onde foi realizado conversas e esclarecimentos sobre o modo de correção aplicado, sendo que esse deveria ser o primeiro procedimento a ser tomado, mas enfim a assistente social passou a acompanhar o caso, realizando visita domiciliar na casa da família, entrevista, relatórios e por fim o parecer social. Não se sabe se a criança voltou para a família pois o estágio foi encerrado devido ao fechamento da Defensoria.

O serviço social tem conquistado o seu espaço em diversas áreas do sociojurídico, como programas de acompanhamento de medidas sócio-educativas, programas de apoio a vítimas de crime e testemunhas, núcleos auxiliados pela Defensoria Pública, dentre outros, vem se destacando e construindo o seu espaço nas instituições que tem sido inserido.

Sobre as instituições que compõem o campo sociojurídico, a Revista do CFESS (2014), indica dentre eles o Poder Judiciário com os diferentes âmbitos federativos da justiça brasileira. Sendo assim, a Justiça Federal que realiza processos e julgamentos contra união, defende o direito internacional, trabalha com a comunidade indígena, executa ações criminais, entre outras. Há também a justiça com atribuições especiais, que corresponde a justiça do trabalho, a Eleitoral e Militar. Com relação a justiça Estadual que compete aos estados e ao Distrito Federal, a mesma é responsável por processar e julgar causas referentes à Justiça Federal comum. A revista aponta por ordem hierárquica os tribunais, Supremo Tribunal de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar. O Conselho Nacional de Justiça faz parte do grupo de instituição do Judiciário, que realiza uma fiscalização das ações relativas do poder judiciário, mostrando que ampliou desde suas antigas publicações.

O Ministério Público compõe essa área e segundo a constituição “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (BRASIL; CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p.90). E o mesmo abrange o Ministério Público da União, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e o Ministério Público dos Estados.

No sistema prisional brasileiro pode ser caracterizado, a princípio, como espaço de cumprimento de pena e disposições de sentença. “Este engloba a

execução penal, que, no Brasil, se associa à chamada ‘política de ressocialização” (CFESS, 2014).

Execução de medidas socioeducativas, MSE, trata-se de uma medida para reparar os danos cometidos por adolescentes e jovens, através de atos infracionais leves ou graves, a MSE só pode ser executada pelo judiciário, e a regulamentação vem pela Lei nº 12.594/12, que fomentou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

A Segurança Pública, é composta por policiais, contam com várias atribuições entre elas coleta de provas, avaliação social, mediação de conflitos, atendimento ao público em delegacia, entre outras.

A Defensoria Pública segundo a Constituição é instituição permanente, sua função essencial é a jurisdicional do Estado, é instrumento do regime democrático, tem como prioridade a orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e a defesa, de forma integral e gratuita aos que dela necessita (BRASIL; CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, art. 34).

É importante que os/as assistentes sociais do judiciário se façam presente na atuação de comissões e temas relacionados ao trabalho desenvolvido, compartilhando experiências e aprofundando-se nos debates sobre o exercício profissional nesta área, através dessa troca de informações dos profissionais, é possível identificar condições irregulares que os profissionais se encontram desde condições físicas a remuneração, diante dessas situações os/as assistentes sociais podem recorrer aos conselhos da classe Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, que tem função orientar e fiscalizar o exercício profissional.

4.1 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA DEFENSORIA PÚBLICA.

A assistência jurídica chegou ao Brasil por intermédio da constituição de 1934, foi determinada como função social do Estado. O art. 5º inciso LXXIV, da constituição federal, prevê que o Estado preste assistência jurídica e integral as pessoas que comprovem insuficiência de recursos (PARANÁ. DEFENSORIA PÚBLICA, 2018).

Segundo o site oficial da defensoria pública, a Constituição da República define a Defensoria Pública como instituição permanente, essencial ao trabalho jurisdicional do estado, instrumento de regime democrático que promove os direitos humanos e a

defesa, orientação jurídica, em todos os graus, direitos individuais e coletivos, judicial e extrajudicial de forma integral e gratuita, aos que dela necessita, tendo como objetivo a resolução do problema, proporcionando aos assistidos atendimentos humano, justo a todos (art. 134 caput).

O Estado intermediado pela Defensoria Pública garante assistência jurídica integral a todos que não podem custeá-lo, a Lei Federal de nº 10.442/2002 constitui as Defensorias Públicas. No Estado do Paraná a Defensoria Pública é instituída pela Lei complementar nº 55/1991 e organizada pela lei complementar nº 136/2011. Com relação a lei da emenda Constitucional nº 80/2014, esta tem como objetivo se fazer presente em todas as comarcas paranaense até 2022, tendo em vista o planejamento para atender essa demanda em 2014, que expunha a quantidade de Defensores Públicos ideal para o ano de 2022 seria um total de 473 profissionais atuando em 163 comarcas do Estado do Paraná. A realidade do ano de 2017 é de 17 cidades com Defensoria Pública e 82 Defensores segundo o site oficial da Defensoria Pública do Estado do Paraná¹, e no ano 2018 o que se tem é o oposto, sedes estão sendo fechadas, um exemplo é a sede de Matinhos que foi encerrado em agosto de 2017, o fechamento se deu pela falta de recurso financeiro, sendo assim com olhar realista essa lei não sairá do papel.

A Defensoria Pública atua em diversos campos, direitos humanos, educação, refugiados, indígenas, quilombolas, pessoas vítimas do trabalho escravo, vítimas de tráfico de pessoas. Atuando contra ao Estado quando omite sua função civil, atuando na área de moradia, previdência social. “A Defensoria presta serviço ao direito à liberdade dos princípios constitucionais a justiça gratuita dos custodiados, além de propor e ajudar no melhoramento do sistema penitenciário brasileiro. E atua na justiça militar em defesa do exército, marinha e aeronáutica” (PARANÁ. DEFENSORIA PÚBLICA, 2018).

A Defensoria Pública é formada pela Defensoria Pública Estadual, que compete atuação em todos os níveis de instancias junto à justiça comum Estadual, Defensoria Pública da União que tem um alcance de atuação aos juízos federais comuns no campo judicial, opera também perante os juízos federais comuns na área judicial, atua

¹ Disponível em:< <http://www.defensoriapublica.pr.def.br/>>. Acesso em: 13 set. 2018

na justiça do trabalho, justiça eleitoral e nos tribunais superiores na esfera administrativas da união (PARANÁ. DEFENSORIA PÚBLICA, 2018).

O Assistente Social no seu cotidiano deve ter conhecimento dos princípios do projeto Ético-Político da profissão, que tem como princípio a defesa dos direitos humanos e aplicação da democracia. É nesse cenário que o profissional do serviço social esta inserido “ sendo o Estado instrumento a serviço da classe dominante, isso possui um reflexo, na estrutura e valorização da Defensoria Pública, ou melhor dizendo, na sua falta “ (SILVA, 2014, p. 387).

A pesquisadora quanto estagiaria na Defensoria Pública de Matinhos/PR realizou acompanhamento em algumas situações com a assistente social, que levou-a identificar a importância de ter um serviço público na defesa de direitos, muitas vezes os usuários chegam até defensoria depois de passar por vários momentos em que seus direitos foram sucessivamente violados em diferentes áreas, onde por ele não ter recurso financeiro seu direito é negado e esquecido, quando se tem uma instituição que ele recorre por direitos, ou esclarecer se está ou não no direito, é diferente. Muitas vezes são pessoas que ocupam lugares na classe dominante que ditam as regras, pois o Estado se nega a cumprir com a sua obrigação de arcar com moradia, alimentação, educação, saúde entre tantas outras funções, é o trabalho da equipe da Defensoria atuar em prol dos cidadãos.

O trabalho do Assistente Social nessa área de tensionamentos está ligado essencialmente à questão de buscar a garantia dos direitos, severamente conquistados.

O que está dado como desafio e possibilidade aos assistentes sociais que nessa esfera em que o jurídico é a mediação principal – ou seja, nesse locus onde os conflitos se resolvem pela impositividade do estado – é trazer aos autos de um processo ou a uma decisão judicial os resultados de uma rica aproximação a totalidade dos fatos que formam a tessitura contraditória das relações sociais nessa sociedade em que predominam os interesses privados e de acumulação, buscando a cada momento, revelar o real, que é expressão dos movimentos instaurado, pela negatividade intrínsecas e por processos contraditórios, mas que aparece como coleção de fenômenos nos quais estão presentes as formas mistificadoras e fetichizantes que operam também no universo jurídico no sentido obscurecer o que tenciona, de fato a sociedade de classes(BORGIANNE,2013, p. 423).

O Assistente Social quando inserido no campo ocupacional precisa realizar o desvelamento do cenário que está inserido, levando em conta que há um conjunto de

projetos societários, que apresenta uma imagem da sociedade construída por projeto coletivos e inclusividade. O profissional precisa realizar um trabalho práxis, que é a teoria e ação juntas, para transformação das estruturas sociais. Aginsky (2006, p. 24).

Impõem ainda mais aos assistentes sociais a necessidade de um compromisso efetivo de ir além da constatação e da indignação da barbárie, a começar pelo exercício profissional cotidiano, lá na ponta do atendimento. O que implica entender a realidade social na qual os sujeitos atendidos se inserem – nesse caso em estudos, para que os registro em relatórios e laudos que irão compor os autos e subsidiar decisões judiciais não sejam tão somente o “retrato” congelado da situação apresentado, mas revelam a sua construção histórica e sua dimensão política, dando margem a ações individuais e coletivas no campo da luta política pelo acesso e efetivação de direitos (FÁVERO, 2014, p. 12).

Os assistentes sociais na realização do trabalho da Defensoria Pública tendem a vencer desafios inerentes, da conjuntura política e institucional, e as contradições da sociedade capitalista que caminham juntamente com o Direito, o profissional passa atuar nesse campo para contribuir com decisões judiciais a respeito de direitos básicos, garantindo a população o acesso aos serviços e políticas sociais, assim conforme o Art. 20

Compete ao serviço social: I. Reunir informações sobre as condições sociais e econômicas dos assistidos e seus núcleos familiares que contribuam para a viabilização de benefícios e direitos, auxiliando os defensores públicos na escolha da intervenção judicial mais adequada ao caso; II. Elaborar parecer técnico social, com base em entrevista semiestruturada, a fim de fornecer subsídio documental à atuação dos defensores públicos em determinadas demandas judiciais; III. Realizar os atendimentos iniciais previdenciários de assistidos cuja pretensão seja a percepção do benefício de prestação continuada (BPC), que deverão ser instrumentalizados através da abertura de processo de assistência jurídica e da elaboração de parecer social técnico conclusivo; IV. Implementar projetos que promovam o aperfeiçoamento, a capacitação e a atualização profissional da equipe técnica, visando à melhoria do desempenho de suas atribuições e alcance dos objetivos profissionais e institucionais; V. Desenvolver trabalhos de cunho educativo, preventivo e informativo de suas atividades e das atribuições da defensoria pública da junto à sociedade e aos assistidos, visando ao alcance dos objetivos institucionais; VI. Proceder à articulação com instituições que prestem serviços socioassistenciais e encaminhamento dos assistidos que deles necessitem, buscando soluções extrajudiciais às demandas suscitadas, bem como realizar visitas domiciliares e institucionais; VII. Auxiliar na iniciativa interdisciplinar de atendimento avançado visita virtual, mediante o apoio e a orientação dos familiares do interno acerca direitos e benefícios sociais e encaminhamento socioassistencial, conforme disposto no subtítulo V do título III deste regimento; VIII. Auxiliar no desenvolvimento de planos e projetos interdisciplinares, interinstitucionais e acadêmicos desenvolvidos por esse órgão de atuação que se relacionem ao serviço social; e IX. desempenhar outras atividades que a este forem atribuídas em conformidade com as competências do setor (BRASIL, 2012, P.1UU6).

As demandas que chegam até a Defensoria Pública não se tratam apenas de soluções jurídicas, a população também recorre a instituição por motivos sociais e muitas vezes no âmbito psicossocial, o que justifica a relevância da presença de profissionais da área de conhecimento, na composição da equipe técnica da instituição (EIKI, CASTRO & CARDOSO 2015, p. 7).

A atuação do assistente social na instituição segundo os autores é vasta e complexa, envolvendo as questões de vulnerabilidade e risco social; conflitos familiares, saúde mental, violência doméstica, uso abusivo de substâncias psicoativas, acolhimento institucional, guarda e adoção, regulamentação de visitas, acesso a vagas para população em situação de rua, vagas em centro municipais de educação infantil-CMEI, requisição de medicamentos e tratamentos de saúde, curatela, investigação de paternidade, orientações referentes a dificuldade de comportamento de criança e adolescentes, interdição, situações envolvendo violação e efetivação dos direitos de idosos e pessoas com deficiência, realização de acordos extrajudiciais e encaminhamentos para recursos e benefícios socioassistencial da rede local.

O profissional realiza atendimento com os usuários que buscam alternativas para resoluções de conflitos e mudanças na qualidade de vida, isso também se dá pelo conhecimento técnico do profissional. Ele também realiza mapeamentos, articulações e encaminhamento para a rede local de serviços, realiza reuniões, contato com a rede que atende a população nas diversas áreas (saúde, assistência social, habitação, educação dentre outras) (EIKI, CASTRO & CARDOSO, 2015, p. 9).

Durante a experiência de estágio a pesquisadora acompanhou atendimentos junto a assistente social, que realizou encaminhamentos de usuários para rede, estes muitas vezes já haviam passados por diferentes órgãos até chegar a Defensoria e ser encaminhado para instituição que corresponde a sua questão.

Os autores afirmam que faz parte da função do assistente social atendimento técnico e especializado ao público, acolhimento, orientação e escuta qualificada que é uma ferramenta que auxilia na orientação dos processos dando uma perspectiva na compreensão dos sentimentos dos envolvidos. Estudo e discussão da demanda, suporte técnico aos defensores, servidores e estagiários, elaboração de relatórios que são instrumentos de sistematização da prática do profissional que contém relatos dos dados coletados e informações adquiridas, utilização dos instrumentais técnicos e específicos do serviço social, atuação em ações de resoluções extrajudicial de conflitos que tratam do procedimento de uma forma mais flexível e menos formal para auxiliar e trabalhar lado a lado, capacitação de estagiários, visitas domiciliares e institucionais, participação e elaboração de eventos de educação em direitos, dentre outras intervenções.

Compete ao assistente social da defensoria pública a elaboração mensal de relatórios estatísticos, registros diários quantitativos e qualitativos de atendimento. O profissional passa a atuar de forma interventiva proporcionando a população orientações pertinentes, empoderamento do cidadão e busca por espaços de concretização do diálogo, e acesso a direitos, serviços e programas. O profissional tende a realizar facilitações de acordo, sendo instrumentais e abordagem do serviço social. Como acolhimento, escuta qualificada, participação ativa, formalização de acordos e encaminhamentos referenciais a rede de serviços (EIKI, CASTRO & CARDOSO, 2015, p. 9).

O estudo social, se faz presente no processo histórico do serviço social, em destaque no campo sociojurídico, sendo uma demanda investigativa sistemática com questionamentos e polêmicas. Os assistentes sociais se deparam diariamente com o

enfrentamento das expressões da questão social, em suas atividades que envolvem o exercício profissional, onde assume espaço com ações disciplinadoras e de controle social (CFESS, 2003, p. 5).

A pesquisadora enquanto estagiária na Defensoria Pública de Matinhos/PR acompanhou a assistente social em visitas domiciliares, uma em específico foi à família (x) que havia perdido a guarda do filho de 3 anos, a família entrou com o pedido de recuperação da guarda na defensoria pública. O conselho tutelar havia recebido denúncia que a criança estava sofrendo negligência e solicitou o acolhimento, a situação tratava-se de um casal que no passado fazia uso de substâncias psicoativas, e que há um bom tempo estavam limpos, a situação da família era complicada pelo fato de não obterem recursos financeiros, a mãe não trabalhava e tinha um bebê recém-nascido, o pai trabalhava informalmente realizando bicos e estava aguardando uma vaga na mecânica (y). Os argumentos que os conselhos tutelares relataram para o acolhimento não eram coerentes, o promotor solicitou uma visita domiciliar para compreender a situação da família, o parecer social foi favorável a família, eles tinham um filho recém-nascido que não foi acolhido, a profissional questionou essa atuação, sendo que ele estava sobre o cuidado dos mesmos pais, e vivia na mesma situação, era uma casa simples, eles recebiam a cesta básica do município ajuda dos amigos da igreja, e demonstravam muito amor pelos filhos, e encontravam-se tristes e desolados por não estar com os dois filhos juntos, foi encaminhado o relatório para o promotor que concedeu a guarda da criança a família (x).

O Estatuto da Criança e do Adolescente universalizou o discurso legal, dispondo sobre a proteção integral a todas as crianças e adolescentes (art.1º), vedando, portanto, as discriminações pelas condições de pobreza, como sugeriam os Códigos de Menores (de 1927 e de 1979), que eram dirigidos, prioritariamente, à crianças e o adolescente pobres. Contudo, após decorridos quase 13 anos de sua promulgação, a grande maioria do contingente populacional que demanda os serviços judiciários na área da infância e da juventude é aquele de baixa ou nenhuma renda, o que vem sendo acentuado recentemente também nas Varas das Família e sucessões. Uma parcela da sociedade composta por uma população que sobrevive com dificuldades no que se refere ao suprimento de necessidades básicas como alimentação, habitação, saúde, educação, lazer, segurança (CFESS, 2003, p.12).

O assistente social quanto perito, realiza um trabalho fundamental, em diversas áreas, o mesmo oferece conhecimento científico especializado para subsidiar a

decisão judicial, sendo prevista também na legislação Civil, e regulamentada no Código de Processo Civil (NEGRÃO, arts. 145 a 147). A legislação solicita o profissional do serviço social com conhecimento na área de aplicador da justiça, para ações nas áreas que tramitam na Vara da Família, Sucessões e Varas Cíveis.

O estudo social é um suporte fundamental na área sociojurídica, para medidas judiciais como as previstas no Estatuto da Criança e Adolescente, e na legislação civil em relação a família. O trabalho é desenvolvido através do estudo da situação, avaliação, parecer, e identifica medidas sociais e legais que podem ser tomadas. Durante a elaboração do estudo social o profissional realiza escuta e é pautado pelo que é expresso verbalmente e pelo que não é mencionado, mas revela através dos olhos como integrante do contexto em foco. O profissional observa, dialoga, registra, analisa, estabelece pareceres e realiza uma observação determinada na situação que o sujeito vivenciou sendo essa uma “ situação” da ação judicial (CFESS, 2003).

O relatório social e / ou o laudo social ou o parecer social, que apresentam com menor ou maior detalhamento, a sistematização do estudo realizado (ou da perícia social, como definido geralmente neste espaço), transformam-se em instrumentos de poder. Ou em saber, convertido em poder de verdade, que contribui para definição do futuro de crianças, adolescentes e famílias, na medida em que é utilizado como uma das provas que compõem ou que podem compor os autos (CFESS, 2003).

O perito é o profissional hábil, especialista em um assunto específico, o procedimento da perícia é dado como “vistoria ou exame de caráter técnico e especializado” (CFESS, 2003, p.44). Laudo é realizado pelo registro em escrito, de maneira fundamentada, pelo estudo e conclusão da perícia, sendo realizado esse procedimento através da formação profissional, experiência, pesquisa, conhecimento fundamentado, o que vai além de qualquer interpretação baseado no senso comum (CFESS, 2003).

Os conteúdos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos que constituem o projeto do serviço social, articulados ao domínio da técnica, é que irão distinguir o trabalho do profissional competente – ou seja, o trabalho profissional que efetivamente compete ao assistente social (CFESS, 2003, p.46).

O assistente social por sua vez precisa ter conhecimento específico na situação que irá atuar, e independente do espaço ocupacional que seja inserido, ele irá aprimorar-se das leis e demandas que chegam até ele. O estudo social tem como finalidade conhecer e compreender de forma crítica, situações da expressão da questão social, é um instrumento da intervenção do profissional, destacando-se nos seus aspectos socioeconômicos e culturais, sendo ele um processo metodológico específico do serviço social (CFESS, 2003).

Conta-se com a perícia como instrumento do assistente social, no âmbito judiciário ela é dada por avaliação, exames ou vistoria, é utilizada para contribuir nas decisões do juiz. A perícia social é realizada por um profissional do serviço social, e realizada por meio de um estudo social e na emissão de um laudo e emissão de um parecer, para realização o profissional faz uso de instrumentos e técnicas da profissão como entrevistas, visitas, contatos, pesquisa documental e bibliográficas, assim a perícia é o estudo social realizada com base nos fundamentos teórico-metodológicos, éticos-políticos e técnicos-operativos, e tem finalidade nas avaliações e julgamentos (CFESS, 2003). O relatório social é a apresentação descritiva e esclarecedora de uma situação ou representação da questão social, e tem como função informar, subsidiar, esclarecer, documentar um auto processual referente a alguma medida protetiva ou sócio-educativa, prevista pelo Estatuto da Criança e Adolescente, ou na elaboração de laudos e parecer. O documento deve conter objeto de estudo, os indivíduos envolvidos e finalidade a qual se destina, um breve histórico, desenvolvimento e análise da situação (CFESS, 2003).

O laudo no judiciário é considerado como um elemento de prova, para dar suporte na decisão judicial, em uma área determinada de conhecimento, como é o caso do serviço social. O laudo apresenta elementos de base social para formação de um juízo que determinara decisões que envolve direitos fundamentais e sociais. A construção do laudo se dá por uma introdução que indica a demanda judicial e objetivos, identificação dos sujeitos envolvidos, um relato da questão histórica estudada e uma conclusão ou parecer social, uma análise crítica e conclusões com indicativos de alternativas embasada no serviço social (CFESS, 2003).

O parecer social é um documento que tem como finalidade esclarecer e analisar situações baseando-se na base de conhecimentos específico do serviço social, que colaboram para que decisões possam ser tomadas. O parecer social pode ser emitido enquanto trabalho final ou conclusão de um laudo, e como resposta à

consulta ou determinação de autoridade judiciária de processo acompanhado pelo profissional (CFESS, 2003).

5 O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA DEFENSORIA PÚBLICA DE CURITIBA/PR

A constituição da República define a Defensoria Pública como instituição, permanente, fundamental a função jurisdicional do Estado, sendo este um instrumento do regime democrático, essencial à orientação jurídica a efetuação dos direitos humanos e a defesa em todos os limites judicial, dos direitos individuais e coletivos, de maneira integral e gratuita, aos que dela necessita. (Art. 134, caput).

A sede central da Defensoria Pública do Estado do Paraná em Curitiba, fica localizada na rua Cruz Machado, 58, Centro. O atendimento ao público é realizado de segunda a sexta-feira, do 12h às 17h, com senhas limitadas, com atendimentos nas mais diversas áreas: família, cível, execução penal. A área de execução penal tem atendimento todos os dias, diferente das outras áreas que tem dias específicos, como da família ocorre nas segundas e quartas e cível nas terças e quintas.

Esta trabalha juntamente com os núcleos especializados, sendo eles: núcleo da cidadania e direitos humanos, núcleo itinerante das questões fundiárias e urbanísticas, núcleo da infância e juventude, núcleo de política e criminal e execução penal, núcleo de promoção e defesa dos direitos das mulheres (PARANÁ. DEFENSORIA PÚBLICA, 2018).

A Defensoria Pública de Curitiba conta com 3 Assistentes sociais no Centro de Atendimento Multidisciplinar, 1 Assistente Social na casa da mulher brasileira, que trabalha com violência contra mulher, 1 Assistente Social no fórum penal e 1 Assistente Social que trabalha na escola da Defensoria Pública.

Os profissionais do Serviço Social passaram no concurso para Defensoria Pública de Curitiba em novembro de 2012, alguns profissionais foram chamados em abril de 2013, os demais entraram com uma ação na justiça 2 anos depois do concurso, quando venceu o prazo do concurso, essa ação foi realizada individualmente e em grupos, a entrevistada (2) foi chamada 2 anos depois dessa ação, ela relata que ainda há candidatos que estão lutando na justiça para ser efetivado.

Para compor a pesquisa de campo foram realizadas entrevistas com as profissionais de serviço social atuantes neste espaço. Primeiramente apresenta-se o perfil profissional das entrevistadas:

A profissional (1) formou-se em 2007, e está atuando como Assistente Social há 7 anos. Na Defensoria Pública do Paraná sendo 2 (dois) anos em Matinhos e 1 (um) em Curitiba. Aproximou-se desta área através do conhecimento do edital do concurso, portanto, não tinha clareza das atribuições e competências da Assistente Social nesse espaço. Relata que foi “aprendendo na prática” (sic).

A profissional (2) formou-se em 2010, realizando em seguida um mestrado e no momento cursa doutorado. Atua no Serviço Social há 8 anos e está há 2 anos na Defensoria Pública do Paraná. Aproximou-se da área de atuação devido o interesse na área sociojurídico, mas só foi conhecer a natureza do trabalho quando passou a fazer parte da instituição.

5.1 O PERFIL DO PÚBLICO ATENDIDO NA DEFENSORIA PÚBLICA DE CURITIBA/PR

Em relação ao público atendido a entrevistada (2) explica “que cada profissional controla sua própria atividade, por exemplo hoje no CAM central de Curitiba são três profissionais, e uma delas atende somente infância civil e ela controla os atendimentos que ela realiza, eu também, é autônomo de cada profissional fazer esse controle, esse ano eu atendi em média 70 pessoas dos mais variados casos, realizei diversos atendimentos de cunho coletivo dos núcleos.

Com relação ao perfil do público atendido a entrevistada (1) explica “*que é primordial o público atendido ser pessoas hipossuficientes, que são pessoas com até três salários mínimos e não tem outros portes de renda relacionados a bens ou valores em poupança. As pessoas que procuram a defensoria são as mais diversas; encaminhadas pela área criminal, execução penal, área da família, infância, pessoas em situação de rua, e encaminhadas pelos núcleos específicos, núcleo da mulher, direitos humanos, regularização fundiária, eles são encaminhados pelos defensores, assim não se tem um público padrão, pois não estamos ligados a uma área específica*” (sic).

Na fala da assistente social destaca-se uma das frases “ [...] *é primordial o público atendido ser pessoas hipossuficientes [...]* ” (sic) pode-se destacar que a Defensoria Pública nasceu através de advogados contratados pelo Estado para o atendimento de questões relacionadas a violação e negação de direitos para as pessoas que não teriam acesso a justiça por conta da sua condição econômica e social. Para tanto, a Assistente Social reforça em sua fala para quem e para quem está a Defensoria Pública, por conta da legislação e também da demanda por procura, os serviços não são oferecidos para toda a população. Com relação ao fluxo de atendimento, primeiramente o usuário que procura o serviço é atendido pela triagem, ou seja, por um profissional agente administrativo que realiza uma análise dos documentos como comprovação da hipossuficiência. Caso existam dúvidas pela equipe da triagem, o usuário é encaminhado para o Serviço Social que realiza uma entrevista social e possivelmente uma avaliação socioeconômica, que é essencial para a garantia do serviço e é um dos instrumentais técnico-operativos mais utilizado pelo Assistente Social nessa situação.

A entrevistada (2) explicita que *“recebem o mais variado público, sendo esses, pessoas em situação de rua, e as pessoas encaminhadas pelos núcleos e pelos defensores”* (sic). Ressalta-se que de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (2009) o Brasil tem um alto índice de desigualdade social. Como a Assistente Social trabalha com as expressões da questão social, os assistentes sociais em maior parte, trabalham com a população em situação de pobreza ou ausência de renda, mas, não apenas, pois trabalham também com pessoas com direitos violados ou que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Portanto, caracteriza-se a população atendida pela Defensoria Pública de Curitiba/PR, pessoas hipossuficientes que buscam acesso à justiça gratuita para tratar de questões ligadas aos direitos humanos, habitação, guarda, pensão alimentícia, medida socioeducativa, entre outros.

5.2 DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA DEFENSORIA PÚBLICA DE CURITIBA/PR

Sobre as demandas do serviço social a entrevistada (1) as relata fazendo relação com três linhas de intervenção profissional *“a primeira relacionada a reavaliação das triagens, ou reavaliação socioeconômica, que é quando surge dúvidas ou quando o usuário recorre a negatória do atendimento, então o serviço social realiza uma reavaliação [...]”* (sic) como já falado no tópico anterior este é o momento em que a profissional de Serviço Social utiliza-se do instrumento técnico-operativo, denominado de avaliação ou estudo socioeconômico, compreendendo ser esta uma das competências e atribuições privativas do Assistente Social como disposto da Lei 8.662/93 inciso XI – “realizar estudos socioeconômicos com usuários para fins de benefícios e serviços sociais, junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas privadas e outras entidades” do art. 4º (CFESS, 1993).

Compreende-se que a profissional do Serviço Social está habilitado para realizar o estudo socioeconômico, a partir da graduação em Serviço Social e seu registro no Conselho Regional de Serviço Social, possibilitando assim um olhar técnico, crítico, utilizando um método de trabalho próprio da profissão que conta com a instrumentalidade. A instrumentalidade permite a passagem de uma aproximação singular e imediata com a realidade apresentada como demanda para o Assistente Social para respostas qualificadas.

Com relação à segunda linha de intervenção a entrevistada (1) relata que “[...] *é chamada de demanda espontânea ou acolhida, que é relacionada a pessoa em situação de rua, pessoas que não tem o atendimento jurídico identificado, e casos que devem ser encaminhados para rede que nesse caso a equipe da triagem encaminha*”. Pode-se perceber que nesta situação são atendidas pessoas que tiveram seus direitos violados, bem como, pessoas que procuram os serviços sem um agendamento prévio, configurando então como uma demanda espontânea. Com relação a acolhida ou acolhimento tratada pela Assistente Social Bueno e Merhy (1998) especifica-o na área da saúde

“O acolhimento na saúde, como produto de relação de trabalhadores de saúde e usuários, vai além da ‘recepção, atenção, consideração, refúgio, abrigo, agasalho’, do conceito do Aurélio. Passa pela subjetividade, pela escuta das necessidades do sujeito, passa pelo processo de reconhecimento de responsabilização entre serviços e usuários, e abre o começo da construção do vínculo. Componentes fundamentais para re-inventar a qualidade da assistência” (MATUMOTO, 1998, p. 24 apud BUENO & MERHY, 1998, p. 3).

Segundo o Ministério da saúde (2010) sobre a demanda espontânea afirma que “deverá ser baseada no acolhimento e na escuta qualificada, a população, de forma a garantir um atendimento humanizado, a resolutiva dos serviços e a promoção da saúde da população” (BRASIL, 2010, p. 17). Em relação ao acolhimento e demanda espontânea não foi encontrado nenhuma discussão relativa aos assuntos mencionados no âmbito sociojurídico, por isso foi relacionado a literatura na área da saúde.

Por fim a entrevistada (1) fala sobre a terceira linha que “[...] *são as demandas encaminhadas pelos defensores, que são as mais diversas, nesses últimos meses a demanda mais recorrente tem sido com o núcleo de direitos humanos, que são atendimentos relacionados a inspeção dos encaminhamentos para população em situação de rua, e serviços públicos, tenho feito algumas atuações também com a execução penal, com o público trans na execução penal que tem gerado uma série de demandas*” (sic). Essas são demandas contemporâneas do Serviço Social, principalmente se tratando do público transexual. Ainda com relação a essas demandas contemporâneas a entrevistada

(2) relata que “*as demandas maiores tem sido do núcleo de Direitos Humanos. E indaga que há uma demanda latente que é “do que fazer?” Explica que o serviço*

social está na defensoria desde 2010 e que não há um parâmetro de até onde pode ir na atuação” (sic). É importante que o profissional do Serviço Social tenha clareza de suas atribuições e competências no âmbito que atua, permitindo assim que o Assistente Social não se sobrecarregue com funções que não são de sua alçada, bem como consiga traduzir as demandas emergentes para profissão, pois, como sinaliza Iamamoto (2004)

Todavia as atividades desenvolvidas sofrem outro vetor de demandas: as necessidades dos usuários, que, condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, transformam-se em demandas profissionais, reelaboradas na ótica dos empregadores, no embate com os interesses dos usuários dos serviços profissionais. É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa a atividade profissional (IAMAMOTO, 2004, p. 23).

As demandas que se apresentam para o Serviço Social têm relação com a realidade, pois, elas emergem a partir da requisição dos usuários. É a partir das lutas sociais que essas demandas ganham visibilidade porque são reivindicadas pela população usuária. Aos Assistentes Sociais é necessário dar respostas aos usuários, e as instituições atuando assim nessa contradição.

Frente aos relatos das assistentes sociais, nota-se que as demandas são as mais diversas, e para cada uma delas a um protocolo a ser desenvolvido, essas demandas se dão devido a desigualdade social que a população se encontra, tendo em comum esse público os direitos violados, e suas necessidades primordiais sendo omitidas, vezes pelo Estado e Empregadores, ambos não os reconhecem como cidadão de direito.

O assistente social vem descobrindo e demarcando o seu espaço na Defensoria Pública, tratando-se de uma inserção recente na instituição o profissional ainda tem questionamentos dos seus limites e do seu fazer, embora tenha realizado seu trabalho atendendo as demandas e competências. Os profissionais se baseiam nas legislações, entretanto é necessário que quando realizado atendimento, considere-se a construção histórica e a dimensão política do serviço social. É necessário que o profissional conheça a realidade social que o usuário está inserido e contribua nas decisões judiciais, que corresponde as demandas.

5.3 INTERVENÇÃO PROFISSIONAL (COMPETÊNCIAS: TEÓRICO-METODOLÓGICA, TÉCNICO- OPERATIVA E ÉTICO-POLÍTICA).

Com relação aos instrumentais técnico-operativos utilizados no cotidiano da atuação na defensoria, a entrevistada (1) *“explica que os instrumentais são utilizados de acordo com a demanda, realizando assim entrevistas, visitas domiciliares, relatórios, relatórios específicos como em conjunto com a equipe psicológica, respeitando assim a resolução do CFESS, que determina que seja feito pareceres separados”*. Reafirmando a entrevistada (2) *“afirma utilizar todos estes, e inclui o laudo e o estudo dos autos processuais”*. De acordo com Iamamoto;

Competência técnico-operativa – o profissional deve conhecer, se apropriar, e sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes (Estado, empresas, Organizações Não-governamentais, fundações, autarquias etc.), garantindo assim uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social (TONIOLO, 2008, p. 128 apud IAMAMOTO, 2004).

A resolução do CFESS Nº 557/2009 Art. 4º. Parágrafo primeiro diz que “ O entendimento ou opinião técnica do assistente social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ou equipe multiprofissional, deve destacar sua área de conhecimento separadamente, sendo objeto, instrumentos utilizados[...]”. É de extrema importância que o Assistente Social conheça e se aproprie dessa resolução, pois o trabalho em muitas vezes exige que os profissionais trabalhem juntos, embora cada um deva desenvolver sua função, o assistente social deve atuar com autonomia, respeitando sempre as normas legais, técnicas e éticas da profissão.

O profissional tem autonomia técnica para realização do seu trabalho, e é a partir da demanda que se apresenta que ele seleciona o instrumento técnico-operativo que irá utilizar. As entrevistas são usadas em situações que envolvem a relação direta com o usuário em demanda espontânea ou agendada, dentre essas situações está o momento da negatória da triagem, realização de encaminhamentos a rede socioassistencial, para compor um estudo social, durante as visitas domiciliares, dentre outras.

Com relação às visitas domiciliares, são utilizadas quando o profissional precisa conhecer o meio em que o indivíduo está inserido, utilizando-se assim um olhar investigativo de acordo com a demanda exigida, nunca com um olhar higienista e conservador. Toniolo de Sousa (2008) explica a visita domiciliar como “um instrumento que tem como principal objetivo conhecer as condições e modos de vida da população usuária em sua realidade cotidiana, ou seja, no local onde ela estabelece suas relações do dia a dia: em seu domicílio”. Nestas visitas é importante que o profissional vá munido de uma atitude investigativa, sendo ela uma postura investigativa que segundo as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) é importante para a definição de estratégias de intervenção profissional, bem como, seleção de instrumental técnico. Além disso, Fraga (2010, p. 59) explicita que a “atitude investigativa no cotidiano de trabalho do assistente social precisa ser concebida na medida em que possibilita uma ação profissional reflexiva nutrida pela intencionalidade e pelo planejamento”. Portanto, quaisquer que sejam as ações profissionais estas devem estar permeadas pela atitude investigativa.

Entre esses instrumentais está o laudo social apontado pela entrevistada (2) que é composto por informações significativas do estudo, análise realizada e o parecer social, sendo este um documento que retrata a problemática social, e também um suporte a decisão judicial, já os autos processuais são documentos que contêm a descrição do processo que o usuário está envolvido, sendo limitado o acesso para o representante do usuário. Para Toniolo de Sousa (2008) alguns autores afirmam que o relatório/parecer social, constitui um laudo social.

Com relação as dimensões teórico-metodológica e ético-política utilizadas na defensoria a entrevistada (1) *“de acordo com a demanda utiliza-se o instrumental, o código de ética sempre, a tipificação dos serviços sócios existenciais, lei orgânica da assistência social, resolução do conselho federal do serviço social, estatuto da criança e do adolescente, resoluções do conselho nacional de justiça, legislação de proteção a mulher maria da penha, legislações relacionadas a direitos humanos principalmente pela atuação no núcleo dos direitos humanos, cada demanda que surge exige que estude as legislações específicas, bibliografia do serviço social e sendo essas as mais variadas teorias”* (sic). Reafirmando a entrevistada (2) *“expõe que se utiliza nas atividades do cotidiano esses instrumentais se baseando na demanda solicitada, e complementa que é impossível trabalhar em um órgão de sistema de justiça sem ter por base as leis, e que sobre as bibliografias não podemos focar em apenas um e sim*

abrir o leque estudar diversos estudiosos com fundamentação” (sic). Segundo a pesquisa Iamamoto (2004);

Competência Teórica-Metodológica- o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para isso, faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando aprender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais (TONIOLO, 2008, p. 128 apud IAMAMOTO, 2004)

Percebe-se que as profissionais buscam se apropriar das legislações, e assim se direcionar para o projeto ético-político, utilizando o código de ética, as resoluções, mas vemos que a dimensão teórico-metodológica é muito mais do que apenas legislações, tendo ela uma instrumentalidade do próprio serviço social e que deve ser trabalhado de acordo com esse parâmetro.

5.4 AS CONDIÇÕES ÉTICAS E TÉCNICAS PARA A REALIZAÇÃO DO TRABALHO

Sobre as condições éticas e técnicas a entrevistada (1) esclarece *“que as condições estão de acordo, há carro para saídas, talvez não da maneira ou da quantidade que gostaria, não se pode decidir uma visita em 24 horas, é preciso agendar o carro, mas é possível cumprir os prazos das visitas em um tempo razoável. Trabalham em uma sala coletiva, e contam com uma sala para atendimento com privacidade, há telefone, computadores, internet, tudo para proporcionar as condições éticas e técnicas (sic).* Em relação ao agendamento de carro, nota-se que a Assistente Social não pode contar com o veículo repentinamente, sendo essa uma lacuna da instituição, entretanto considerando as condições da instituição de Matinhos que foi encerrada, não havia carro a Assistente Social utilizava seu veículo particular e o da defensora pública para realização de visitas, audiências entre outras atividades fora da Defensoria Pública. As demais condições na Defensoria Pública estão de acordo com condições éticas e técnicas.

A entrevistada (1) acrescenta que *“temos outros problemas como reconhecimento de conselho de classe, e a subordinação ao conselho de classe que tem na instituição, tendo assim alguns embates institucionais que por vezes avançam outras retrocedem, mas isso se dá para a construção da profissão na instituição” (sic).* Os/as Assistente Sociais contam com legislações específicas do Serviço Social, que devem ser consideradas em relação a subordinação do conselho, alguns profissionais de outras áreas não contam com essa cobertura e acabam não entendendo que o Serviço Social tem diversas normativas que regularizam a profissão, sendo fundamental o conhecimento dessas normativas para sua atuação e autonomia.

Quando as profissionais falam da dificuldade encontrada na questão de subordinação da classe a bibliografia apresenta uma lei específica de competência do CFESS

Considerando que o Conselho Federal de Serviço Social, usando das atribuições que lhe confere o artigo 8º. da Lei 8.662/93 e a partir dos pressupostos dos artigos 4º. e 5º é o órgão competente para expedir norma para regulamentar o exercício profissional do assistente social (CFESS, 2009).

Concluindo a entrevistada (2) *“se refere a sede de uma maneira positiva e confirmando ser uma instituição que está dentro das condições éticas e técnicas. E ressalva que na sede de Pinhais onde ficou pouco tempo até vir para Curitiba por motivo de fechamento, as condições não eram a mesma, sendo uma sala para os psicólogos, defensor, estagiário e assistente social, as condições eram críticas”* (sic).

A Resolução do CFESS, N º 493/ de 21 de agosto de 2006, dispõem sobre as condições éticas e técnicas necessárias para o exercício profissional do Assistente Social, o Art.2 explica que é essencial o espaço suficiente para abordagens individuais ou coletivas, devendo possuir iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, recursos que garantam a privacidade do usuário, durante o processo de intervenção, ventilação adequada para atendimentos com a porta fechada, espaço reservado para guardar material técnico de caráter reservado. O art.6 especifica as atribuições dos Conselhos Regionais de Serviço Social, que deve orientar e fiscalizar as condições éticas e técnicas estabelecida na resolução entre outros instrumentos normativos expedidos pelo CFESS.

Quando comparado as instituições de Curitiba e Pinhais a profissional alega que Pinhais não contava com a infraestrutura básica, e por motivos financeiros foi encerrada, o mesmo aconteceu na sede de Matinhos, onde as condições éticas e técnicas eram melhores, havia três salas sendo uma para Assistente Social, uma para Defensora Pública e a outra para os estagiários de direito, os profissionais contavam com telefone, computadores, internet possibilitando assim a efetuação do trabalho, exceto pela falta de carro. O que essas sedes de regiões menores têm em comum? Estão fechadas, por motivos financeiros, quando fechadas as sedes não foi considerado que os usuários ficariam sem defesa jurídica e nem como ficaria seus processos abertos, infelizmente nota-se um descaso do Estado em relação a quem necessita da defesa gratuita, e um regresso a passos largos para desvalorização dos direitos da classe dependente da instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social ao longo dos anos tem alcançado vários espaços sócio ocupacionais, entre eles o judiciário, há instituições que contam com equipe técnica do serviço social há mais de quarenta anos como é o caso do Tribunal de Justiça e Juizado da Infância e Juventude, entretanto vemos a Defensoria Pública que o serviço social teve início na instituição em 2010, em Curitiba em 2013, e desde então vem conquistando um espaço na instituição, e descobrindo, seus limites e o seu fazer, as questões ainda se fazem presente para os profissionais, no entanto ao desenvolver do profissional ele vai não só realizando as demandas, mas passa a proporcionar ao assistido a autonomia e efetuação dos direitos.

Por esta experiência observou-se que o assistente social é parte fundamental na Defensoria Pública, a realização do seu trabalho tem como influência em decisões judiciais que determinam o futuro dos assistidos. O Assistente Social que por ter esse contato direto com assistido consegue interpretar a relação dele com a situação envolvida analisando o meio em que o indivíduo se encontra, podendo assim se apropriar-se das informações faladas, quanto das que através do contato e de aproximações sucessivas consegue capturar, em um olhar ou expressão.

A inserção do Assistente Social na Defensoria Pública se deu com o intuito de contribuir na perspectiva da solução de desafios específicos, da conjuntura política e institucional e nas contradições da sociedade capitalista. Colaborando nas decisões judiciais e na correlação dos direitos básicos, atuando em prol da garantia de acesso ao serviços e políticas sociais.

As demandas que chegam para os/as Assistentes Sociais da Defensoria Pública de Curitiba/PR, tem relação com a contemporaneidade, sendo requisitada pelo usuário que retrata a realidade das lutas sociais, e passam a reivindicá-las. Essas demandas se dão devido a desigualdade social que a população está inserida, tendo em comum seus direitos violados e suas necessidades primordiais omitidas, vezes pelo Estado e empregadores que não os reconhecem como cidadão de direito. O Assistente Social possui autonomia técnica para realização do seu trabalho e é a partir da demanda que ele seleciona o instrumental a ser utilizado, sendo estas entrevistas, visitas domiciliares, laudos, parecer social, relatório social, estudo dos autos, avaliação socioeconômico entre outras. É de extrema importância que o profissional realize uma articulação entre os instrumentais técnico-operativo, dimensão teórica-

metodológica e ético- política, para compreender a raiz do problema do assistido, realizando assim um trabalho denso, investigativo, realizando assim um trabalho que vai além do imediatismo.

A Assistente Social na Defensoria Pública realiza escuta qualificada, reavaliação socioeconômica, demandas espontâneas que muitas vezes caracterizam o atendimento do usuário, há muitas demandas que vem pelos defensores públicos que são as mais diversas, o profissional também atua frente aos núcleos que contam com a assessoria da Defensoria Pública.

O profissional do serviço social conta com legislações que regulamentam as condições éticas e técnicas do trabalho, e com a fiscalização do Conselho Federal do Serviço social - CFESS e Conselho Regional de Serviço Social - CRESS. As profissionais entrevistadas relatam ter as condições necessárias na instituição, alegando apenas o não reconhecimento do conselho de classe por colegas, muitas vezes isso se dá devido ao motivo dos demais profissionais não contarem com essa cobertura do conselho de suas profissões. É de extrema importância o assistente social conhecer essas legislações e recorrer se necessário ao conselho. Infelizmente a situação da defensoria pública de Curitiba/PR, não é a mesma de municípios pequenos, que além de não contar com as condições necessárias estão tendo suas portas fechadas por motivos financeiros, sendo um descaso com a população que dele necessita. Observa-se que ainda há dúvidas sobre o “fazer e o limite” no trabalho na Defensoria Pública, o profissional a partir do seu arcabouço teórico e experiência vem reconhecendo o espaço as demandas e construindo seu papel na instituição, mesmo se tratando de uma área nova o Serviço Social vem se destacando e apresentando seu conhecimento.

Foi de grande relevância construir esse trabalho, e poder contribuir para futuras pesquisas sobre o assunto, vendo que são poucos os documentos disponíveis sobre a Defensoria Pública do Paraná.

REFERÊNCIAS

AGUINSKY, B. G; ALENCASTRO, E. H. **Judicialização da questão social: rebatimentos nos processos de trabalho dos Assistentes Sociais no poder Judiciário**. Florianópolis/SC. 2006. Disponível em :< <http://www.scielo.br/pdf/rk/v9n1/a02v9n1.pdf>>. Acesso em 03 ago. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais do Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em:<[HTTP://WWW.ABEPSS.ORG.BR/UPLOADS/TEXTOS/DOCUMENTO_201603311138166377210.PDF](http://WWW.ABEPSS.ORG.BR/UPLOADS/TEXTOS/DOCUMENTO_201603311138166377210.PDF)>. Acesso em 21 nov. 2018.

BAHIA, S, J, C. **Poder Judiciário e direitos humanos**. Edição 20. 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4.ed. Lisboa: edições 70. 2010.

BARDIN, L. **ANÁLISE DE CONTEÚDO**. Lisboa: Edições 70. 2006.

BORGIANI, E. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n 115. 2013. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282013000300002&lang=pt>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: Art.134 de 88. República Federativa do Brasil, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização. **Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010a. 256 p.: il.- (Série B. textos Básicos de Saúde) (Caderno HumanizaSUS; v.2)

COLMÁN, S. A. **A formação do Serviço Social no Poder Judiciário**. Reflexões sobre o Direito, o Poder Judiciário e a intervenção do Serviço Social no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (1948-1988). 2004, São Paulo.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS), organizador. **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, e na previdência social**. 2a. ed, Cortez Editora; CFESS, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Legislações e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social**. 2009. Disponível em:<http://www.cfess.org.br/arquivos/LEGISLACAO_E_RESOLUCOES_AS.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **43º Encontro nacional CFESS-CRESS**. BRASILIA. 2014. Disponível em :< <http://www.cfess.org.br/arquivos/43EncontroNacional-RelatorioFinal.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2018.

EIKI, R. R.; CASTRO, T. M.C.; CARDOSO, C. C. L. **Construindo o trabalho profissional: o Serviço Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo**. Londrina - PR. 2015. Disponível em:<

http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo2/oral/21_construindo_o_trabalho...PDF> Acesso em 17 jul. 2018.

FAVERO, E.T. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CFESS (Org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**. São Paulo: Cortez/CFESS, 2003.

FÁVERO, E.T. O Serviço Social no Judiciário: construções e desafios com base na realidade paulista. **SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE**, São Paulo, n 115. 2013. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000300006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em 26 jul. 2018.

FÁVERO, E.T. Serviço Social no campo sociojurídico: possibilidades e desafios na consolidação do projeto ético-político. In: SEMINÁRIO NACIONAL: O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO NA PERSPECTIVA DA CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS, 2, 2012, Brasília. **Trabalhos apresentados**. Brasília: CFESS, 2012.

FÁVERO, E.T.; MELÃO, E, T.; JORGE, M.R.T. **o serviço social e a psicologia no judiciário**; construindo saberes, conquistando direitos. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. Atlas S. A, 2009.

GUINDANI, M.K.A. Tratamento Penal: **a dialética do instituído e do instituinte**. **Revista quadrimestral de Serviço Social**. Ano XXII – nº 67, São Paulo: Cortez, 2001.

GODOY, A. S.; Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 35, nº 2, abril de 1995.

http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/trabalhos/eixo2/oral/21_construindo_o_trabalho...PDF>. Acesso em 20 ago. 2018.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

PARANÁ. Defensoria Pública. **O que é Defensoria Pública**. Curitiba, 2018. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/>>. Acesso em: 13 set. 2018

MATUMOTO, S. **Dissertação de Mestrado**. O ACOLHIMENTO: um estudo sobre seus componentes e sua produção em uma unidade básica de serviços de saúde. Ribeirão Preto, 1998. Disponível em:< <file:///C:/Users/JOSIANE/Downloads/SilviaMatumoto.pdf> >. Acesso em 21 nove. 2018

Maus, I. **Judiciário como Superego da Sociedade – Sobre o papel da atividade jurisprudencial na “sociedade órfã”**. 2000. Tradução: Martonio Lima e Paulo Albuquerque. Disponível em :<<http://www.direitocontemporaneo.com/wp-content/uploads/2014/02/JUDICIÁRIO-COMO-SUPEREGO-DA-SOCIEDADE.pdf> >. Acesso em: 06 dez. 2018.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: **o desafio da pesquisa social**. In: (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PEQUENO, A. Serviço Social e o campo sociojurídico. Palestra proferida no evento intitulado “Encontro de Assistentes Sociais do Sistema sociojurídico paranaense”. **Programa de Mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina**, 2008.

PEQUENO, A.C.A. Prefácio. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO (Cress/7ª Região). **O Serviço Social e o sistema sociojurídico. Em Foco**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 11-14, maio 2004.

SACRAMENTO. C. H. SANTOS. A. B. O Serviço Social no Sistema Sociojurídico Paranaense. Serviço Social em Revista Universidade Estadual de Londrina. Vol. 8. nº 3. Jan/jun 2006. Disponível em< <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

SANTOS. B. S. Introdução a Sociologia da Administração da Justiça. In. Faria, J. E. Direito e Justiça e função social do Judiciário. São Paulo: Ética, 1197.

SOUSA, C. T. A prática do Assistente Social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**. Ponta Grossa, 2008.

SOUSA, A. M. S. O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO: relevância, desafios e intervenção. In. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017. p. 1-12. Disponível em :< <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo8/oservicosocialnocamposociojuridicorelevanciadesafioseintervencao.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2018

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: **A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, 1987.

ZAMAI, J. H. JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: **As bases teóricas do fenômeno pela perspectiva do Neoconstitucionalismo, da Democracia e da Separação de Poderes**. 2015. Disponível em:< [HTTPS://S3.AMAZONAWS.COM/ACADEMIA.EDU.DOCUMENTS/38946026/JUDICIALIZACAO_DAS_POLITICAS_PUBLICAS.PDF?AWSACCESSKEYID=AKIAIWOWY YGZ2Y53UL3A&EXPIRES=1544229255&SIGNATURE=DXNLS%2FYGGVFPLKV9ZGBYVLVGTHU%3D&RESPONSE-CONTENT-DISPOSITION=INLINE%3B%20FILENAME%3DJUDICIALIZACAO_DAS_POLITICAS_PUBLICAS_AS.PDF](https://s3.amazonaws.com/academia.edu/documents/38946026/JUDICIALIZACAO_DAS_POLITICAS_PUBLICAS.PDF?AWSACCESSKEYID=AKIAIWOWY YGZ2Y53UL3A&EXPIRES=1544229255&SIGNATURE=DXNLS%2FYGGVFPLKV9ZGBYVLVGTHU%3D&RESPONSE-CONTENT-DISPOSITION=INLINE%3B%20FILENAME%3DJUDICIALIZACAO_DAS_POLITICAS_PUBLICAS_AS.PDF)>. Acesso em: 06 dez. 2018.

**UFPR LITORAL - Trabalho de Conclusão de Curso
Serviço Social.**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Se você concordar em participar basta preencher os seus dados e assinar a declaração concordando com a pesquisa. Se você tiver alguma dúvida pode esclarecê-la com o responsável pela pesquisa.

Obrigado (a) pela atenção, compreensão e apoio.

A pesquisa será realizada pela estudante Josiane de Oliveira Rodrigues acadêmica do curso de Serviço Social, em virtude da elaboração de trabalho de conclusão de do curso. A pesquisa tem como objetivo analisar a atuação do Serviço Social na Defensoria Pública de Curitiba/PR.

O participante tem liberdade para retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo.

As informações obtidas serão analisadas sob a orientação da professora Mra. Flavia Fachini do departamento de Serviço Social da UFPR – Setor Litoral, com a livre escolha de divulgar sua identificação ou não.

() Concordo com a publicação de minha identificação no referido trabalho.

() Não concordo com a publicação de minha identificação no referido trabalho.

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

O pesquisador assume o compromisso de utilizar os dados e o material coletado somente para pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li acerca do estudo “O processo transexualizador sob a ótica da população transexual na cidade de Curitiba”. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo e os procedimentos a serem realizados, ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e de compensação financeira. Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

EU _____ residente e domiciliada _____, portador (a) da Carteira de Identidade Nº _____ nascido em ____/____/____, concordo de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Assinatura do participante

Data:

Assinatura do responsável pelo estudo

Data: